

ST 06 – O JOGO DE PODER: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA DAS ELITES POLÍTICAS DA “CAPITAL DO AGRESTE” – CARUARU/PE.

Jefferson Abraão do Nascimento Silva*

RESUMO: O presente trabalho faz parte de nossa pesquisa junto ao PPGH-UFCG na condição de mestrando. Buscamos uma breve análise histórica dos grupos que dominam cenário político caruaruense desde 1959: A Família Lyra e grupo liderado por Drayton Nejaín. Grupos responsáveis pela administração do município de Caruaru-PE a mais de 57 anos. Analisamos o surgimento, os embates e o processos de legitimação tais grupos. Nosso trabalho tem como embasamento as discussões teóricas da história política nas perspectivas promovidas por René Rémond (1988), Raoul Girardet (1986), White Mills (1982) e José Adilson (2009). As fontes foram constituídas a partir de reportagens do Jornal Vanguarda em suas matérias impressas e online sobre o tema em questão.

PALAVRAS- CHAVE: Política – hegemonia – família.

JOÃO LYRA FILHO, O PONTO DE PARTIDA DE UM LONGO CICLO.

Caruaru, uma das principais cidades interioranas do Nordeste brasileiro, carrega com si ares de modernidade, porém no campo político nos faz impressionar com seus signos de uma cidade conservadora. Onde os mesmos grupos iniciados em 1959 (por João Lyra Filho) viriam se tornar detentor do poder político que domina o cenário local até os dias de hoje.

A vida política da família Lyra que vamos problematizar não tem início com o patriarca de nome João Lyra – conhecido popularmente na cidade e região como “Janóca” – mas, com seu primogênito, João Lyra Filho, nascido em 12 de março de 1913, no município de Lagoa dos Gatos, uma bela cidade interiorana localizada na região brejeira de Pernambuco.

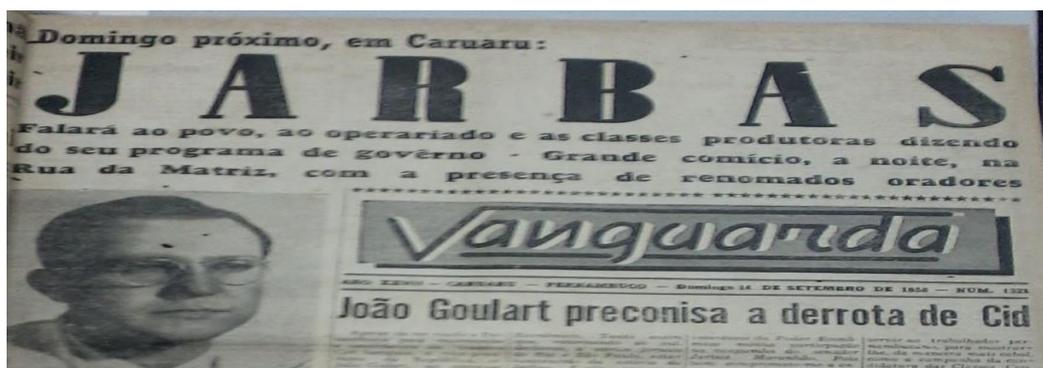
Seria João, o Filho, que viria a se tornar no fim da década de 1950, em um dos políticos mais influentes no cenário político pernambucano, uma hegemonia mantida

* Mestrando em história junto ao PPGH-UFCG Universidade Federal de Campina Grande. Bolsista CAPES. Sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Elizabeth Cristhina. E- mail: professorjefferson88@gmail.com.

por seus sucessores familiares: seus filhos, o ex-deputado federal Fernando Lyra e o ex-vice-governador de Pernambuco João Lyra Neto e atualmente com sua neta, ex-deputada estadual e hoje prefeita de Caruaru, Raquel Lyra.

João Lyra Filho teve seu primeiro mandato em 1959, quando foi eleito prefeito de Caruaru pela UDN, naquele contexto ele tinha como seu principal concorrente direto o candidato do PSD, Chico do leite que não teve êxito neste pleito.

É importante lembrar que Lyra Filho iniciou sua trajetória política em 1958 quando usou sua influência de empresário do ramo dos transportes para fazer campanha em prol do candidato Cid Sampaio (UDN) ao cargo de governador de Pernambuco. Seu principal concorrente ao posto de executivo estadual Jarbas Maranhão (PSD), tinha entre seus principais apoiadores durante a campanha na cidade de Caruaru o jornal local, *Jornal Vanguarda*, que em suas matérias não tinham a menor cerimônia em deixar claro de que lado estava no pleito para governador do Estado de Pernambuco.



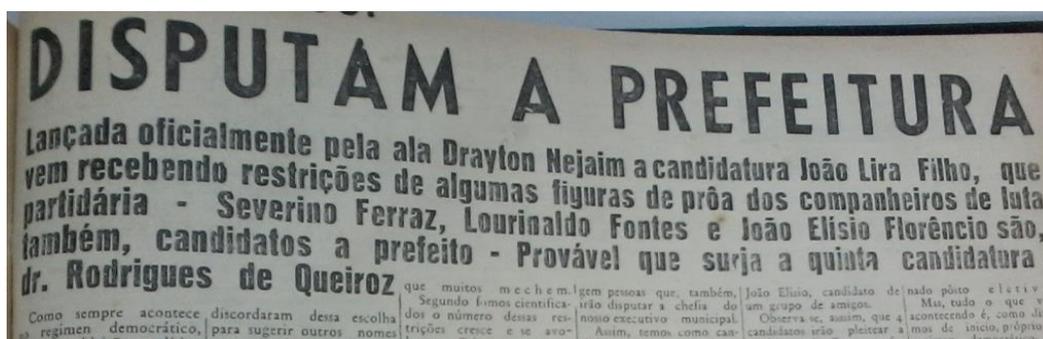
A primeira imagem trata-se de uma matéria do Jornal Vanguarda, 14 de setembro de 1958. O jornal retrata em sua manchete de forma festeira e tendenciosa a vinda do candidato Jarbas Maranhão à Caruaru. Na mesma manchete o candidato Cid Sampaio tem um título de matéria reduzido e com uma frase referenciando negativamente sua candidatura.



Na segunda imagem (Jornal Vanguarda, edição de 31 de agosto de 1958) não há nenhuma matéria sobre o candidato Cid Sampaio, nessa edição ele nem sequer foi mencionado, porém o candidato Jarbas Maranhão mais uma vez ganha destaque e visibilidade positiva a sua candidatura.

Mesmo com a mídia local apoiando seu opositor, o vitorioso no pleito foi Cid Sampaio (UDN) que tornar-se governador do Estado de Pernambuco. A importância de mencionar esse pleito (de 1958) se dá pela relação de proximidade entre Lyra Filho e Cid Sampaio, pois o “novo governador” contou em Caruaru justamente com o apoio de João Lyra Filho e de seu grupo, e por consequência estes saem fortalecidos para as eleições municipais que viriam em 1959, já que os mesmos tinham militando abertamente em favor do “udenista”.

No início do ano de 1959, antes da confirmação de sua candidatura para o cargo de prefeito, João Lyra Filho declarava não ter pretensões de ser candidato, muito embora isso ocorra devido algumas restrições ou resistências de companheiros de dentro da própria UDN a sua candidatura (segundo matérias do Jornal Vanguarda abaixo). No entanto o suposto desinteresse pela candidatura, era vista pelo Jornal Vanguarda como um impasse interno sobre quem iria ser o candidato, assim sendo, Lyra Filho adota a descrição e cautela como estratégia inicial enquanto procura espaço e alianças que possam o apoiar. Mas a estratégia de cautela e descrição sobre a sua candidatura foi quebrada no dia 1º de março de 1959, graças aos apoios conquistados por Lyra, conforme nos mostra a matéria publicada pelo Jornal Vanguarda¹:



Lançada sua candidatura pela UDN, dentre seus aliados João contou com o apoio local do Deputado Estadual Drayton Nejaím e do vereador Celso Rodrigues, e

¹ **Foto 3:** Jornal Vanguarda, 01 de março 1959. Publicada de matéria que confirma o nome de João Lyra Filho como candidato ao cargo de prefeito. “Candidatos que disputam a prefeitura”. Jornal Vanguarda, Caruaru, 01 de março de 1959.

em nível de Estado obteve o apoio do governador de Pernambuco, Cid Sampaio. Mesmo com o apoio de vários governistas, no período eleitoral Lyra Filho mantém uma estratégia bem definida, com discurso de renovação política e uma força jovem no poder. O que nos revela ser uma estratégia contraditória pois seu grupo pouco tinha de novo e estavam ao seu lado nos palanques figuras de um cenário político caruaruense bastante conhecido e conservador.

Monte-se então um cenário propício para a criação simbólica de um personagem, Raoul Girardet em sua obra *Mitos e Mitologias Políticas* ao discutir sobre essa construção de personagens políticos nos apresenta algumas figuras importantes, dentre elas uma que o autor vai chamar de Alexandre, uma figura criada por Raoul, que possui traços em suas atitudes políticas inspiradas no líder macedônico: “A legitimidade de seu poder não provém do seu passado, não depende do fervor da lembrança, inscreve-se no brilho da ação imediata (...) herói da juventude e do movimento, sua impetuosidade chega ao ponto de demorar a natureza.” (GIRARDET, 1987:17).

É importante destacar que não queremos aqui fazer comparações ou afirmações de uma magnitude de poder imperial como aquela que o Macedônio Alexandre exerceu a partir da Grécia Antiga no sentido de compará-la ou relacioná-la ao cenário político caruaruense. O que nos fica a refletir e até discutirmos são algumas características que Girardet nos fornece ao discutirmos personagens políticos. No sentido de que o personagem criado nos dá algumas questões importantes a serem refletidas sobretudo em relação ao discurso de renovação política de João Lyra Filho, passando a ser considerado por seus correligionários um político *jovem, vigoroso, destemido*, com o objetivo de trazer o progresso para Caruaru e fará o que for preciso para atender as expectativas. O que acaba ofuscando o fato dele estar falando ou sendo defendido a partir do palanque dos governistas.

Os resultados quantitativos, dados pelas urnas das eleições municipais nos deixam com algumas lacunas a serem discutidas a partir da nova história política, que segundo René Rémond² a análise do historiador político não se limita as atas eleitorais. Nesse sentido nossa reflexão a partir de uma discussão com as fontes (atas, jornais e livros memorialistas) nos leva ao fato de que o candidato João Lyra Filho não tinha a preferência da grande maioria da população de Caruaru, no entanto, seu

² RÉMOND, René. Por uma história política, 1988.

eleitorado se concentrava entre os cidadãos letrados e de melhor poder aquisitivo (empresários, universitários, advogados e etc.). Segundo o próprio João em entrevista para um livro escrito em sua homenagem pelo jornalista e ex-vereador Celso Rodrigues intitulado de *João: Um homem sem cansaço*³, Ele (Lyra Filho) nos revela que se os analfabetos tivessem votado na eleição de 1959, Ele (Lyra Filho) não teria ganhado a eleição para o seu principal adversário no pleito, Chico do Leite candidato do PSD.

Em 1966, João lança sua candidatura a deputado federal e de seu filho Fernando Lyra para concorrer uma vaga na câmara legislativa de Pernambuco, ambos pelo MDB. Daí inicia-se a construção de um dos maiores *mitos da política*⁴ caruaruense, defendida veementemente por correligionários do grupo Lyra, dos defensores da democracia, os Lyra e seu papel de oposição durante a Ditadura Militar.

Vale salientar que o interesse de nossa pesquisa não é “credibilizar ou desacreditar” o possível papel de “oposição” feito por Lyra Filho e Fernando Lyra aos militares, mas se faz necessária uma reflexão sobre o uso até hoje de defensores da democracia e como isso se faz constante por vários grupos políticos tradicionais espalhados pelo Brasil, e sendo assim se faz necessário se discutir até que ponto essa apropriação pode ser legítima ou não.

A princípio, o uso da resistência ao regime como estratégia foi ostentada pelo fato de que as candidaturas vieram por via do MDB, mas é nítido até para leigos mais atenciosos ao período da Ditadura Militar, que o MDB foi considerado pelos militares como uma “oposição responsável”, sendo assim os opositores mais ferrenhos dificilmente faziam parte do governo.

O quinto ato institucional (AI-5) que fecha as assembleias legislativas é mais uma etapa de um plano de centralização de poder e não especificamente luta dos militares contra determinados opositores ou grupos políticos pragmáticos que fazem parte de uma elite burguesa. Nesse sentido, é necessário destacar que como deputado federal João Lyra Filho e o deputado estadual Fernando Lyra (seu filho) perdem seus mandatos representativos, tal situação acaba contribuindo para lapidar ainda mais o discurso de “resistência aos militares” muito utilizado pelo “grupo Lyra” em determinados momentos das campanhas eleitorais.

³ RODRIGUES, Celso. *João: Um homem sem cansaço*, 1999, p. 62.

⁴ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*, 1987.

Em 1972, João Lyra Filho voltou a concorrer ao cargo de prefeito de Caruaru venceu, ainda tomando as construções de personagens políticos de Girardet como inspiração de nossa discussão, desta vez figura política montada não foi a de *Alexandre*⁵, no entanto monta-se a figura do homem providencial, que Raoul Girardet associa “o legislador” ao *perfil de Sólon*⁶, um homem muito inteligente, seguro e comprometido com a glória.

Dito isso, vejamos a discrepância da figura política utilizada na primeira candidatura de João Lyra Filho. Onde no cenário político social, tínhamos uma mudança de filosofia política administrativa em nível Estadual – com a vitória de Cid Sampaio – e que contaminou em nível municipal, pois como dissemos anteriormente, houve naquele momento um fortalecimento de imagem do grupo Lyra quando seu candidato a Governador do Estado ganha a eleição, e fortalece o grupo local (que o apoiou) para as eleições posteriores.

No segundo cenário nos deparamos com um regime ditatorial, em pleno desenvolvimento do Milagre Econômico, o uso do ufanismo para pregar o nacionalismo brutal, e que para se fazer oposição ao Regime Militar será necessário à cautela. Com isso os candidatos buscam passar a população suas ideias focadas no melhor controle das finanças do município, em prol do desenvolvimento econômico. Saindo de cena a imagem de um *conquistador* para o comedido e responsável *legislador*. Tal fato nos leva a uma discussão em que o agente político é verdadeiramente uma imagem pública minuciosamente criada de acordo com o cenário que possibilite a conquista ou a hegemonia no poder.

Sem dúvida João Lyra teve um papel fundamental na política caruaruense. Independente de que lado político esteja é fácil notar que boa parte da população assimila a figura de João Lyra Filho a um homem que em seu legado foi responsável pela inserção de seus familiares na política e responsável por “apadrinhar” outros que se tornaram prefeitos condicionados ao apoio dos Lyras (exemplos: Anastácio Rodrigues e José Queiroz de Lima), sendo o João Lyra Filho “iniciador” de um ciclo político vigoroso para burguesia local.

Mesmo levando em consideração as modernizações administrativas de tais ciclos, essas administrações sempre tiveram e tem o foco nas demandas de uma burguesia local a que esse grupo pertence. Sendo assim, me vejo na necessidade de

⁵ GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas, 1987, p.75.

⁶ Idem, p.77.

encerrar esse breve tópico citando um poema de Bertold Brecht⁷ que sempre me lembro ao estudar as elites políticas contemporâneas brasileiras:

“Eu estava sobre uma colina e vi o Velho se aproximando, mas ele vinha como se fosse o Novo. Ele se arrastava em novas muletas, que ninguém antes havia visto, e exalava novos odores de putrefação, que ninguém antes havia cheirado. (...) E em torno estavam aqueles que instilavam horror e gritavam: Aí vem o Novo, tudo é novo, saúdem o Novo, sejam novos como nós! E quem escutava, ouvia apenas os seus gritos, mas quem olhava, via pessoas que não gritavam. Assim marchou o Velho, travestido de Novo, mas em cortejo triunfal levava consigo o Novo e o exibia como Velho. O Novo ia preso em ferros e coberto de trapos; estes permitiam ver o vigor de seus membros(...)”.

DRAYTON NEJAÍN: Opositor e Correligionário

A história de Drayton foi tão ambígua quanto o título dado acima, sem querer criar mitos políticos, mas trata-se de uma figura bastante expressiva no cenário político local. E se tem algo que não se encaixa em seu perfil é lugar de coadjuvantes nos grupos políticos caruaruenses aqui pesquisados. Sendo na condição de correligionário ou adversário político, do Grupo Lyra ou Rodrigues Lacerda todos têm em suas histórias a presença marcante de Drayton Nejaín.

Em nossa breve explanação, iniciamos a falar de Drayton a partir da primeira eleição de João Lyra Filho ao cargo de prefeito em 1959. Enquanto João se submetia a disputar um cargo público eletivo pela primeira vez, Drayton já era um deputado estadual bastante influente na cidade. Tanto é que entre dúvidas e especulações sobre quem seria o candidato da UDN, logo após o anúncio de Drayton em apoiar Lyra Filho, é que foi confirmado o nome do mesmo a disputa do cargo de executivo municipal. O que demonstra o poder de decisão que exercia Drayton Nejaín sobre seus correligionários.

Em 1963, Drayton Nejaín viria a se candidatar a prefeito de Caruaru, mas não terá o apoio de João Lyra Filho, sendo assim, o pleito municipal de 1963 é marcado pelo rompimento “dos Lyras” com o ex-deputado Drayton. Lyra confirma apoio à candidatura de seu amigo, o jornalista Celso Rodrigues, um vereador conhecido na

⁷ BRECHT, Bertold. Poemas (1913-1956). Seleção e tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Editora 34, 2000.

cidade, porém uma figura menos popular que o experiente Drayton Nejaín que viria a ser o prefeito eleito de Caruaru.

O “ex-deputado que se torna prefeito” é uma colocação plausível de ser inserida nas biografias políticas em Caruaru, assim como o próprio Drayton, José Queiroz de Lima e Tony Gel passaram por essa experiência. No entanto, não estamos com isso atribuindo esse fator como único e decisivo que levaram tais figuras ao poder executivo, mas não deixa de ser um contribuinte para a construção dos personagens caruaruenses construídos a cada campanha e lançado ao público para que assim a sensibilidade do imaginário popular os legitimem.

Drayton na década de 1950 até início de 1980, foi um político de bastante influência na região. Sua popularidade contribuiu para que sua esposa Aracy de Souza viesse a ser eleita deputada estadual em 1967, passando a ser uma representante dos interesses de Caruaru e região da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

E foi com Aracy que Drayton protagonizou um dos fatos mais marcantes na política caruaruense (e porque não dizer até sombrios), que inclusive foi lembrado recentemente pelo Jornal Vanguarda de Caruaru ao dar publicidade sobre falecimento da ex-deputada Aracy⁸. Na ocasião, em 1971 para ser mais preciso, Drayton foi acusado de torturar a deputada Aracy, própria esposa.

Para contextualizarmos melhor o fato, Drayton tinha uma fama ambígua na cidade, e em sua popularidade negativa, ele era acusado de ser viciado em “jogos de mesa”. E foi justamente esse fator o elemento que iniciou toda a polêmica que levará a acusação de tortura por parte da Dep. Aracy. Na ocasião as “dívidas de mesa” chegaram ao ponto em que Drayton tentou quitá-las com a venda do mandato de sua esposa para o suplente da vez, Antônio Dourado da cidade de Lajedo-PE, e por sua esposa não ter aceitado de abdicar do mandato, Drayton a torturou. No entanto nunca foi comprovado se a dívida de Drayton de fato era com o suplente Antônio Dourado. A bem da verdade, Aracy continuou como deputada estadual, divorciou-se de seu marido após os acontecimentos e passou a fazer defesa ao divórcio em seus discursos na ALEPE.

Fato é que Drayton Nejaín não conseguiu perpetuar sua família na vida política caruaruense até os dias atuais como a família Lyra. No entanto não podemos afirmar

⁸ “Política pernambucana perde ex-deputada Aracy de Souza”. Jornal Vanguarda, Caruaru, 24 de março 2012.

que a polêmica envolvendo sua esposa foi responsável pelo fim de sua carreira política, já que seis anos depois, em 1977 para ser mais preciso, Drayton Nejaím se elege através de eleições internas pela segunda vez, prefeito de Caruaru.

Após a primeira vitória de Queiroz nas eleições seguintes, o processo de redemocratização do Brasil e os ideais de esquerda tendo espaço na política local, começará o declínio do direitista Drayton. A cientista política Perpetua Dantas, em entrevista concedida ao Jornal Vanguarda sobre eleições que mudaram a política local diz:

*"No vácuo provocado pelo declínio de Drayton, conquista este espaço o comunicador Tony Gel. Ao mesmo tempo o sucesso da administração de José Queiroz é lançando João Lyra Neto, herdeiro de uma tradição política na cidade e conhecido no meio empresarial, entretanto era desconhecido para grande parte da população."*⁹

A partir de 1988, com o movimento da redemocratização, ratificou-se um cenário de polarização política entre o grupo Lyra contra as lideranças ligadas ao ex-prefeito Drayton Nejaím. Os fatos que causaram o declínio de Drayton no grupo político de direita caruaruense geraram a ascensão de Tony Gel, mas ainda não era o bastante para ganhar as eleições municipais de 1988, pleito duramente disputado por José Queiroz e João Lyra Neto.

O apoio de Drayton a Tony Gel é um fator a ser destacado, e assim como João Lyra Filho na década de 50, no fim dos anos 80 o jovem político Tony Gel para ganhar destaque necessita de grandes apoios políticos, e essa prática é algo corriqueiro na política caruaruense. E esse profundo conservadorismo, acaba evidenciando uma tradição política que dificulta a renovação, não trata de é uma particularidade deixada por Drayton e seus correligionários, mas uma dificuldade de renovação que é mantida pelos grupos que estão no poder até hoje em Caruaru.

PODER LOCAL: NÃO HÁ DETENTORES DE PODER SE NÃO HOVER QUEM OS LEGITIMEM.

Ao problematizarmos a política local (caruaruense) a partir de 1959, temos como norte as tramas sobre a legitimidade de poder a partir do pressuposto de que o

⁹ Matéria de Jornal Impressa: "Eleições que mudaram a política local". Jornal Vanguarda, Caruaru, 14 de novembro 2009.

poder político não deve ser caricaturado como uma governança absoluta, conquistado pela força, opressão ou algo do gênero. Pois acreditamos que a construção de uma hegemonia política é produzida por conquistas gradativas, atreladas às estratégias políticas, simbolismo social e imaginário popular. Fatores que proporcionam a criação de um sentimento de familiarização entre a figura pública e o público alvo; no entanto, não vemos as relações sociais do período eleitoral em uma perspectiva de interesses e objetivos sob uma ótica puritana entre a “escolha popular” e o “popular escolhido”.

Não se pode analisar tais tramas políticas apenas pelos espetáculos dos ciclos de campanhas, que muitas vezes envolvem as massas de forma expressiva. Mas que também se revela justamente o momento (em suma maioria dos casos) que se está mais carregado de emoções. Um envolvimento muito acalorado e até emotivo (por vezes, raso de discussões sobre o papel e o dever do político e da política) que não se reflete pós o “período de agitação sufragista”.

Outro fator importante a ser colocado em relação a todo esse cotidiano de espetáculo de campanha é o processo de legitimação da ideia de democracia representativa burguesa assimilada, e que contribui para legitima o poder do vencedor – na maioria das vezes, caso contrário a elite usa de outros artifícios (como por exemplo: burocracia eleitoral e constitucional, mídias e etc) em prol de seus interesses para desconstruir a imagem pública de determinados representantes populares que não comungam de suas principais ou integrais demandas elitistas¹⁰.

A sociedade ainda é o agente legitimador mesmo diante das muitas estratégias de legitimação do sistema democrático burguês, mas se faz necessário uma discussão sobre os limites desse papel de agente legitimador, na medida em que essas mesmas sociedades são influenciadas pelas relações que a cercam, pois dentro de um judiciário, mídia e sistema eleitoral burguês quem se opõe ou não se submete a estes nem sequer podem entrar nesse jogo eleitoral.

Sendo assim, o palco/palanque cheios de discursos acalorados e promessas; os jornais e mídias influenciáveis e a persuasão eleitoral são as principais e poderosas ferramentas no processo de conquista desse agente legitimado. Tendo os buscadores do protagonismo, a necessidade de alcançar as sensibilidades populares, por via da encenação da figura do grande homem público e com o auxílio das ferramentas acima descritas.

¹⁰ A exemplo de intervenção da elite burguesa contra o seu próprio sistema democrático burguês mais recente que podemos constatar foi o Impeachment da Presidente Dilma Rousseff

O eleito, “o consignado” ou “o escolhido” está submetido à sensibilização humana de forma heterogênea (porém não absoluta), em uma perspectiva ambígua de *servidor social*, defensor das necessidades de vivência – pois pressupomos que a vida humana nas cidades deva ir além da perspectiva de sobrevivência – e da figura *soberana*, detentora de poder e *status* que o legitima a tomar decisões por todos.

Em um jogo de xadrez há um tabuleiro, há um relógio para determinar o tempo para cada jogada, há peças a serem movidas e há também os oponentes que se submeteram a disputa. Porém, quando descrevemos esse jogo muitas vezes nos esquecemos de mencionar um outro elemento fundamental para que essa disputa seja conduzida. Esse elemento é a ligação entre a peça e o homem; entre a jogada e o relógio; entre o avanço e o recuo; esse elemento é a mão. Em uma singela comparação, a mão do jogo de xadrez é a estratégia do jogo político. Pois assim como a mão do jogo xadrez, a estratégia política não pensa, ela é pensada. A estratégia é a “mão” que conduzirá “as peças” que fazem parte do jogo político, essas “peças” serão as figuras políticas e as entidades correligionárias, seguindo as ordens do jogador, o “jogador” é o grupo político, pois é efetivamente quem será o ganhador do jogo quando seu protagonista político – que é “o rei no tabuleiro” – sai da batalha de pé.

E fica uma pergunta no ar: Quem é o tabuleiro e o relógio? Respondemos da seguinte maneira: É a sociedade legitimadora, não porque está abaixo das peças na condição de tabuleiro, mas porque estão ligados diretamente aos espaços de disputa em questão; e quanto ao relógio, não por estarem a margem das peças, mas porque ao seu tempo o relógio tem o dever e o direito exigir uma jogada. Sendo assim, a sociedade é quem dita os movimentos do homem (nesse caso o político) em seu tempo e espaço, e por mais sábio e astuto que seja o jogador (o grupo político) se ele não se adaptar a tais regras nunca chegará ao poder.

UMA BREVE DISCUSSÃO HISTORIOGRAFIA

A nova história política ao ampliar e ressignificar métodos nos possibilitou novos olhares e interpretações sobre práticas políticas e relações de poder além da antiga perspectiva da história política. O historiador que se debruça atualmente sobre o campo político dialoga fundamentalmente com diversos saberes, tais como a ciência política, antropologia, sociologia, direito, psicologia social e linguística. Ou seja, trata-

se de agregar novas abordagens à nova história política sem necessariamente anular seu caráter histórico.

Ao iniciarmos nossa problematização se faz necessária as contribuições do sociólogo estadunidense (MILLS, 1982 apud ADILSON FILHO 2014):

*“Em toda cidade ou pequena na América um grupo superior de famílias paira acima da classe média e sobre a massa assalariada (...). E que tais famílias possuem a maior parte do que existe localmente para ser possuído. Seus nomes e retratos são impressos com frequência nos jornais, e na realidade, os jornais deles como são deles as duas estações de rádio. Também são donos da maioria das lojas comerciais e das poucas fábricas existentes”.*¹¹

A priori podemos detectar que Caruaru não é uma exceção em relação à apropriação dos meios de comunicação colocada por Wright Mills, muito pelo contrário pode-se notar um agravamento das condições citadas acima, pois além de veículos de comunicações tradicionais pertencentes aos grupos políticos locais há também a apropriação de mídias eletrônicas como blogs e sites de notícias por parte destas elites.

Os Fatores apontados pelo sociólogo contribuem para desmistificar possíveis pressupostos de coronelismo em Caruaru na década de 1950. Seguindo as concepções de Vitor Nunes Leal¹², compreendemos que com o processo de urbanização e modernização econômica após 1930, a figura do “Coronel” perde força. Entrando em cena o uma administração de Estado moderna, trazendo com si discurso do progresso, um novo processo econômico burocrático e autoritário.

Neste sentido, o coronelismo perde forças graças ao surgimento de novas formas de sociabilidades e classes sociais. Porém o Estado moderno continua protegendo o acúmulo de capital para a elite, ao mesmo tempo em que possibilita o clientelismo e assistencialismo, responsáveis pela manutenção de uma política conservadora, já que mesmo com a ausência do coronel a elite continuará no poder.

Sendo assim, o clientelismo torna-se um poderoso instrumento e estratégia política, caracterizado por sua informalidade e agrava uma relação de dependência econômica e política. Descrevendo o que é clientelismo a partir do cientista político Norberto Bobbio (1983), se é possível trabalhar uma dualidade do clientelismo moderno e tradicional:

¹¹ Idem p.143.

¹² LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

*“(...) O clientelismo vinculado à difusão da organização política moderna, especialmente dos partidos de massa. (...) os partidos e estruturas modernas foram introduzidas do ‘alto’, sem o suporte de um adequado processo de mobilização política, também é claro que, em lugar do clientelismo tradicional, tende a afirma-se um outro (sic.) estilo de clientelismo que compromete, colocando-os acima dos cidadãos, não já os notáveis de outros tempo, mas os políticos de profissão, os quais oferecem em troca da legitimação e apoio (consenso eleitoral), toda a sorte da ajuda pública que têm ao seu alcance (cargos, empregos públicos, financiamentos, autorizações e etc) é importante observar que essa forma de clientelismo, a semelhança do clientelismo tradicional, tem por resultado não uma forma de consenso institucionalizado, mas uma rede de fidelidades pessoais que passa, quer pelo uso pessoal por parte de classe política, dos recursos estatais, quer, partimos desses em termos mais mediatos, pela apropriação de recursos civis autônomos”.*¹³

Presente no cotidiano das cidades brasileiras, o clientelismo e sua prática de barganha não fidelizada, informal e situacional está relacionada com o uso e desuso do civil com o agente político. Tornando-se assim visíveis as diferenças dos tempos coronelistas de subserviência ao “padrinho”.

Nesse processo transitório nas formas ou relações de poder, as famílias que melhor se adaptam continuam no poder, porém com novas roupagens. Segundo o Sociólogo Dr. Adilson Filho:

*“As elites tradicionais que permanecem ainda no poder são justamente as que souberam ressignificar suas práticas e discursos, articulados aos novos dispositivos da ‘sociedade líquida-moderna’ e a elementos simbólicos e ritualísticos, enraizados em modos de sentir, pensar e agir da maioria das pessoas”.*¹⁴

É importante destacar que a cidade de Caruaru do período aqui analisado, ou seja, a partir do fim da década de 1940, é um exemplo de ausência dessa adaptação descrita pelo sociólogo. Porém Caruaru se encaixa em outro panorama de nova classe social, que surge a partir das concepções de Vítor Nunes Leal, sobre a ótica de uma nova elite urbana. As famílias tradicionais, protagonistas dos principais grupos políticos da cidade pertencem à classe dos comerciantes “bem-sucedidos” que surgiram com a economia moderna. Famílias adaptadas ao lidarem com as necessidades populares suficientemente para manterem sua hegemonia. Nesse

¹³ BOBBIO, Noberto. MATEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003, p.178.

¹⁴ ADILSON FILHO, José (org.) Permanências e continuidades do poder local: família e legitimidade política no interior do Nordeste brasileiro. **Poder local, educação e cultura em Pernambuco**. Jundiá-SP: Paco Editorial, 2014: 141-164.

sentido, o eleitorado caruaruense (que é o agente legitimador) decide hegemonizar tais grupos no poder político local a mais de cinco décadas.

Em relação à construção de mitos políticos¹⁵, seguimos uma perspectiva em que o mito político não é uma mera construção lógica autônoma individualizada e interessada em si mesmo. O mito passa por um processo de construção onde o mesmo se relaciona com a sociedade em busca da empatia coletiva. Tomando os Lyras como exemplo, podemos ver que as alianças políticas formadas pelo Grupo a cada cenário sociopolítico (desde as alianças mais conservadoras, as mais progressistas) contribuem na formação dos discursos que serão apresentados diante do eleitorado a cada pleito, condicionando a figura política e seus discursos como parte das estratégias de afirmação de um grupo político perante os eleitores.

Adilson Filho¹⁶ ao problematizar sobre a hegemonia de determinadas famílias no poder nas cidades interioranas nos faz refletir sobre o processo de secundarização das concepções ideológicas e/ou partidárias¹⁷ de tais grupos. Nesse sentido, os “detentores da máquina pública” priorizam a continuidade de seus sobrenomes na política nas figuras de seus familiares. Entre as consequências que podemos constatar – ainda que de forma preliminar – sobre o *modus operandi*, é que essas elites absorvem ou atrelam a política institucional como se fosse seu patrimônio, e as siglas partidárias (em muitos casos são esquecidas) acabam sendo lembradas como “o partido de fulano de tal”. Ou seja, a elite tem o domínio do estamento burocrático que os colocam como os “donos do poder”¹⁸.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADILSON FILHO, José. **A Cidade Atravessada: Velhos e novos cenários da política belo-jardinense** – Recife: COMUNIGRAF, 2009.

ADILSON FILHO, José (org.). **Poder local, educação e cultura em Pernambuco** – Jundiáí-SP: Paco Editorial, 2014.

¹⁵ GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**, 1987.

¹⁶ Contextualizando ADILSON FILHO, José. **A Cidade Atravessada: Velhos e novos cenários da política belo-jardinense**, 2009. Também observar artigos sobre o tema em: ADILSON FILHO, José (org.). **Poder local, educação e cultura em Pernambuco**. Jundiáí: Paco Editora, 2014.

¹⁷ Sobre a relação de uma elite com a legenda partidária contamos com as discussões na obra: SADER, Emir (org.). Gramsci: **Poder, política e partido**. São Paulo: Expressão popular, 2012.

¹⁸ Sobre os conceitos de patrimonialismo e estamento burocrático ver: FAORO, Raymundo. **Os Donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 2001.

- BARROS, Aidil Jesus da Silveira. LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica** – 3ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.
- BOBBIO, Noberto. MATEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 2001.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas** – São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- RÉMOND, René (org.). **Por uma história política** – 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SADER, Emir (org.). Gramsci: **Poder, política e partido**. São Paulo: Expressão popular, 2012.
- SILVA, Celso Rodrigues. **João: Um homem sem cansaço** – Recife: Ed. ARC, 1999.
- RODRIGUES, Marly. **Década de 50: Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil** – São Paulo: Ática, 1992.